

Produzir

Gestão transversal



Cesário Ramalho da Silva*

IGUALAR O peso político do agronegócio ao mesmo patamar dos benefícios socioeconômicos e ambientais que o setor gera fará bem ao Brasil. Cabe a presidente eleita, Dilma Rousseff, assumir o compromisso de encampar a valorização do setor rural junto ao próprio governo e à sociedade.

Isso se justifica pelo fato de que o agro é a maior riqueza do País. Responsável por 25% do PIB e um terço dos empregos, em 2009, o setor representou quase metade do total das exportações (42%).

O bom resultado econômico se transformou em indicadores sociais positivos, como maior poder aquisitivo do brasileiro em relação aos alimentos, desenvolvimento dos polos agrícolas e regiões adjacentes e o efeito multiplicador de oportunidades e negócios que o agro irradia para outros segmentos.

No âmbito ambiental, manutenção das nascentes d'água, sequestro de carbono proveniente das lavouras, pastagens e florestas plantadas, proteção da fauna e flora, cuidados com o solo, entre outras ações, são contribuições do agro.

O Brasil pode ser a potência dos alimentos, da energia limpa e dos produtos da combinação da ciência com a biodiversidade. O poder político para o agro nos dará a chance de planejar uma estratégia competitiva, ágil e duradoura, com foco no desenvolvimento sustentável.

Este redesenho institucional só será viável se o setor distribuir os dividendos da sua boa performance financeira com o produtor. Especialmente a classe média, espremida entre o poder financeiro de grandes grupos fornecedores de insumos, conglomerados agroindustriais e gigantes varejistas.

O agro caminha bem, mas o produtor, não. Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) mostram que o valor de produção das 20 principais lavouras deve fechar 2010 em R\$ 169,41 bilhões, resultado 1,5% superior ao obtido em 2009. Mas o cálculo abrange apenas o que é produzido dentro das fazendas, desconsiderando inflação e custos de transporte.

A demanda por alimentos cresce, principalmente, nos países emergentes. No entanto, são cada vez maiores as restrições de áreas agricultáveis no mundo, sendo o Brasil uma das poucas exceções.

O produtor tem de investir cada vez mais em novas tecnologias a fim de incrementar a produtividade. E isso custa caro. Mas ainda existe a falsa percepção que a atividade rural é um processo barato. A indústria alimentícia cobra pela inovação. Pela lógica do mercado, o produtor não consegue repassar custos.

Resolver esta intrincada equação em que é preciso aumentar a produção, de modo equilibrado com o meio ambiente e que remunere satisfatoriamente o produtor é uma solução que precisará ser encontrada.

O agro precisa de tratamento integrado. No passado recente, a pasta da Agricultura teve ótimos ministros, mas seu calibre político ainda é aquém da importância do setor que ela representa.

A diversidade de políticas públicas vinculadas a outras áreas – mas que interferem diretamente no agro – dificulta ações concatenadas. Sem acesso a um conjunto de temas que o influenciam, o setor rural fica imobilizado.

Pela sua história de superação e coragem, a presidente Dilma tem o “dna” da perseverança e inovação. E o novo também passa pela implementação de uma plataforma de gestão transversal para o agro.

O setor precisa ter mais autoridade para discutir os rumos da política agrícola e, principalmente, ter assento e voz nos fóruns de decisão de questões relativas à infraestrutura, ao meio ambiente, trabalho, aos juros, à tributação, a negociações internacionais, à segurança alimentar e jurídica, ciência e tecnologia, entre outras.

Exemplo seria o Mapa reassumir cadeira no Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ao ser protagonista das decisões estratégicas que o impactam, o agro, certamente, trará resultados positivos ainda mais rápidos, amplos e consistentes para o País. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)